INFORMATIVO
SINDPOL/MG
BELO HORIZONTE/MG
Agosto /setembro 2017 · Nº 23
SEDE PRÓPRIA · 7.000 exemplares
SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

PARIDADE E INTEGRALIDADE

Sindpol/MG na luta contra acórdão do TCE/MG

BENITO URBINA "CHILENO"

Sindpol/MG e representantes das demais entidades da PC, se reúnem com presidente do TCE

PÁGINAS 4 E 5

VERIDIANE MARCONDES

INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO DO SINDPOL

O Sindpol/MG realizou a inauguração solene de seu edifício e, como reconhecimento aos serviços prestados à Polícia Civil, à sociedade e por toda a sua história na luta sindical, o homenageado foi o Inspetor Adjunto José Maria de Paula "Cachimbinho", nome dado ao edifício.

PÁGINA 10

TAMARA CORRÊA

AGE E MANIFESTAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Sindpol/MG realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), da categoria, na Praça da Liberdade, para cobrar e reivindicar os direitos da classe, junto aos Governos Federal e Estadual. Em seguida, seguiram para a Praça Sete, onde se juntaram à PM, Agentes do Sistema Prisional e ao Movimento das Esposas de Policiais Militares, para a manifestação conjunta da Segurança Pública.

PÁGINA 12

PACIÊNCIA TEM LIMITE

A direção do Sindpol/MG notificou o governador Fernando Pimentel, sobre a necessidade imperativa de conclusões das negociações, conforme pactuações realizadas durante sua campanha eleitoral.

PÁGINA 3

ASSÉDIO MORAL

A direção do Sindpol/MG foi acionada, por policias da 4ª Delegacia de Polícia, do bairro Floramar. Segundo informações, o delegado titular da unidade, José Olegário, por desentendimento com o inspetor e com os investigadores da unidade, deu voz de prisão ao inspetor, pelo fato de que ele se negou a assinar a comunicação de um relatório de serviço de operação, da qual participou somente o delegado e policiais militares.

PÁGINA 8

JornalAgosSte.indd 1 03/10/2017 13:59:00

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em meio a uma onda de ataques as garantias Institucionais, prerrogativas funcionais e direitos previdenciários específicos, o conjunto dos policiais civis em todo o Brasil têm buscado intensificar as ações estratégicas de luta e resistência às últimas ações do Governo Federal e dos Governos Estaduais em cada unidade da Federação.

Na última reunião do coletivo do conselho de entidades da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), realizado em Brasília, nos dias 21 e 22 de julho, ficou definido a continuidade das mobilizações contra a Reforma da Previdência (PEC 287/16), que provavelmente o Governo Temer vai colocar em pauta no Congresso nacional, tão logo o mesmo se livre das denúncias de corrupção passiva, prevaricação, lavagem de dinheiro e peculato, como já é de conhecimento público. Como se não bastasse isso, as entidades sindicais também estão definindo novo plano de ação diante do novo cenário sem financiamento de contribuição sindical, que foi suprimida com a sanção integral da Reforma Trabalhista. Com essa alteração o Governo consegue enfraquecer às entidades sindicais de nível superior (Centrais Sindicais, Federações e Confederações), que são as únicas que têm competência legal para fazer o enfrentamento, interlocução e representatividade ampla em nível nacional. Outro ponto debatido nessa reunião, foi a medida tomada em abril de 2017, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que sumulou o efeito de repercussão geral para a cassação do direito de greve dos policiais civis em todo o país, proibindo os sindicatos e demais entidades, de utilizarem dessa ferramenta legítima no mundo do trabalho.

Em Minas a luta do Sindpol/MG se irmana com as demais entidades de classe da PC, na luta contra a vigência do acórdão do TCE/MG, que dá a interpretação a emenda 41/2003 da Constituição Brasileira, suprimindo a integralidade e a paridade dos proventos dos servidores policiais, fato que representa uma perda real salarial de parte dos nossos servidores aposentados. Esses fatores, muito além de atingir individualmente cada policial civil, uma vez que não alcança os policiais militares, enfraquece e fragmenta a unidade e institucionalidade da Corporação. É preciso que cada policial civil entenda e assuma o caráter de seu papel político não como mero coadjuvante, mas sim como protagonista desse processo, engajando-se na luta de mobilização, pois como já dizia Aristóteles, em sua obra 'A Política', "nada envelhece mais rápido que um benefício".

Denilson Martins,
Presidente do Sindicato dos Servidores
da Polícia Civil de Minas Gerais

www.sindpolmg.org.br www.facebook.com/fanpagesindpolmg 31 98865 4306

FILIE-SE! NOSSA FORÇA, SUA SEGURANÇA

Faça parte do sindicato que luta pela valorização e modernização de todas as categorias da Polícia Civil

SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG
(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

SINDPOL/MG FILIADO À

UGT – União Geral dos Trabalhadores
COBRAPOL
FESEMPRE – Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA SINDPOL/MG:

- ♦ Presidente: Denilson Martins ♦ Vice-Presidente: Antônio Marcos Pereira
- ♦ Diretor Executivo Secretário Geral: Cláudio de Souza Pereira
- ♦ Diretor Executivo Administrativo: José Maria de Paula
- ♦ Diretor Executivo de Assuntos do Interior: Mário Antônio dos Santos
- ♦ Diretor Executivo de Mobilização e Formação Sindical: Wellington Kallil Alves
- ♦ Diretor Executivo Jurídico: Geraldo Chaves Júnior
- ♦ Diretor Executivo de Comunicação e Eventos: Wander Dias Coelho
- ♦ Diretora Executiva de Assuntos da Mulher: Margareth Dionísia Costa Branco

- ♦ SUPLENTES: Djalma Ribeiro Barbosa, Lucas Roberto Vasconcelos Lemos de Oliveira
- ♦ CONSELHO FISCAL EFETIVO: Eder Lauar de Almeida e Carlos Marques da Silva
- ♦ CONSELHO FISCAL SUPLEMENTAR: Carlos Marques da Silva

EXPEDIENTE:
Diretor de Comunicação: Wander Coelho / **Assistente de comunicação e diagramação:** Veridiane Marcondes (13.597/MG) / **Estagiária:** Tamara Corrêa
Fotógrafo: Benito Urbina "Chileno" (0019622/MG) / **Projeto gráfico:** Márcio Pereira - www.frag.art.br

Tiragem: 7.000 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Cedáblio

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG
(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

PACIÊNCIA tem limite

Sindpol/MG oficia o Governo e alerta sobre indignação da categoria

VERIDIANE MARCONDES

Reunião da Intersindical, excedentes do concurso de investigador, na Seplag, com o Governo do Estado

A direção do Sindpol/MG notificou o governador, no dia 26/5, sobre a necessidade imperativa de conclusões das negociações, conforme pactuações realizadas durante sua campanha eleitoral.

O Sindpol/MG deixa claro que durante esses dois anos e meio, demonstrou tolerância, bom senso e razoabilidade, participando dos debates e negociações com o Governo, reconhecendo o grande passivo herdado pela gestão anterior. Porém, decorridos mais da metade do Governo, até o presente momento, as promessas de campanha e projetos, não se materializaram."Por entendermos que ainda há tempo hábil para a retomada e início de conquistas graduais e progressivas é que o sindicato alertou o Governo, e doravante muda-se o tom e as estratégias da nossa atuação sindical", disse Denilson Martins.

REUNIÃO NA SEPLAG

O tom de Denilson Martins foi duro nas críticas e cobranças durante a reunião do Governo, com os sindicatos, na Seplag. Ele reclamou da inércia, apatia e dos baixíssimos resultados apresentados pelo Governo, e que há muitas matérias que não representam impactos financeiros, e que já poderiam ter sido resolvidas, face o seu considerável reflexo político e Institucional na base do funcionalismo. Outras matérias já deveriam ter sido iniciadas de forma gradual e progressiva, em curto, médio e longo prazo, repercutindo inclusive em Governos futuros, porém até o presente momento o Governo se omite a dizer a que veio. "Por tudo isso não podemos mais esperar e nem tolerar, e o Sindpol/MG já está retomando a sua agenda positiva de mobilizações e ações estratégicas mais enérgicas contra esse Governo, caso continue se mantendo inerte", afirmou Denilson.

Esse discurso mais ácido também deu sequência aos demais pronunciamentos, de todos os dirigentes sindicais presentes.

EXCEDENTES DE INVESTIGADOR

Denilson Martins destacou a situação dos excedentes do concurso de investigador, que fica parecendo que o Governo está enrolando, assim como faz com as demais demandas da categoria. É preciso que se dispense, pelo menos, o mesmo tratamento dado a outras categorias do sistema, que tem sido atendidas. Ele reforçou essa tese diante da comissão de excedentes, que participaram dessa reunião a convite do sindicato.

Retorno dos Quinquênios

BENITO URBINA "CHILENO"

Em atendimento às reivindicações, deputados apresentam proposta de retorno dos quinquênios

O Conjunto do funcionalismo público estadual, representados pela coordenação Intersindical, se reuniu, no dia 3/8, na sala da assistência da maioria, na ALMG, para discutirem o projeto de Emenda à Constituição Estadual, que retorna com o benefícios dos quinquênios para o conjunto do funcionalismo.

A matéria polêmica, que foi suprimida desde 2003, é objeto de justa reivindicação de todas as classes do funcionalismo. E agora, com a abertura da possibilidade de concessão aos servidores da educação, reacendeu o ânimo de toda a base pela extensão deste benefício.

O projeto foi apresentado pelo deputado Antônio Jorge (PPS), sargento Rodrigues (PDT), Rogério Correa (PT), dentre outros, e já está em análise na Casa Legislativa.

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES

Outro ponto de debate dessa reunião, foi a fusão de projetos que tratam da liberação de dirigentes sindicais, associações e cooperativas, para exercício das atividades nas respectivas entidades que dirigem. Reivindicação antiga e justa, que vêm em bom momento, onde as entidades sindicais tem sido atacadas pelo Governo Central, em Brasília, com a Reforma Trabalhista.

A PEC, que hoje está em tramitação, é a de número 01/2015, e consegue agregar as demais matérias apresentadas há mais tempo, mas que foram arquivadas com o fim da última Legislatura.

Na visão do presidente Denilson Martins, seria uma resposta plausível e coerente do atual Governo, que sempre teve o discurso de valorizar o funcionalismo, mas que até o presente momento, esse discurso ainda não saiu do papel.

Participaram dessa importante reunião, cerca de 30 dirigentes sindicais, dos mais diversos segmentos do funcionalismo.

SINDPOL/MG NA LUTA
para garantir aposentadoria

FOTOS BENITO URBINA "CHILENO"

Presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, representantes das demais entidades da PC, chefia da PCMG, se reuniram com o presidente do TCE

Acórdão do TCE/MG tenta acabar com paridade e integralidade da Polícia Civil de Minas Gerais

O Sindpol/MG têm batalhado contra a medida do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG), publicada no Informativo Jurisprudencial 161, no dia 4/5, referente as matérias votadas entre os dias 1 e 30 de abril, onde se discute a suspensão da eficácia de artigos das leis complementares estaduais 84/2005 e 129/2013, Lei Orgânica da Polícia Civil, na qual mantinha a garantia do instituto de paridade e integralidade dos proventos de policiais civis aposentados.

A diretoria do Sindpol/MG, assim que ficou sabendo dessa publicação do TCE, convocou uma reunião conjunta de todas as entidades de classe da Polícia Civil. E seus representantes se reuniram na sede do sindicato no dia 6/6, onde decidiram que nenhuma entidade optaria pela judicialização do empasse, pelo menos por enquanto; e que todas, de forma unificada, iriam se posicionar perante a mesa diretora da ALMG e também, perante o Governador Fernando Pimentel, para que essa medida, ora arguida, não prospere em seus efeitos nocivos e nefastos para o conjunto dos policiais civis da ativa e aposentados. Nesse sentido, os representantes se reuniram no mesmo dia com o deputado estadual Rogério Correia, que agendou uma reunião com o presidente do TCE, Cláudio Terrão.

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO TCE

No dia 13/6, as entidades de classe que representam a PCMG, se reuniram com o presidente do TCE, Dr. Cláudio Terrão, com o objetivo de barrar a medida do TCE. Após esclarecimentos dos presentes, o presidente do TCE pontuou o seu entendimento sobre a matéria e se comprometeu em aplicar o juízo de revisão, na forma que foi e está sendo provocado pelos sindicatos e pelo Ministério Público do próprio Tribunal de Contas. Cláudio Terrão reconheceu que a matéria em questão, mesmo antes de ser publicada formalmente, já está gerando entendimentos diversos nos órgãos da Administração, sobre a forma, parâmetros e procedimentos da aposentadoria dos policiais civis, especialmente na Seplag, que antes mesmo da publicação do acórdão já não está recebendo nem processando os processos de aposentadoria da Polícia Civil.

O presidente do TCE se comprometeu que, logo que tenha um posicionamento de redação dos demais conselheiros, irá publicá-lo. E tão logo o recurso interposto pelo MP de Contas, bem como do requerimento dos sindicatos, formulado naquela data, encaminhará formalmente para toda categoria e para Administração Superior da Polícia Civil o posicionamento final resultante, acolhendo cada ponto formulado. Enquanto isso, já estará notificando a Seplag e o Governo do Estado, que todos os processos de aposentadoria da Polícia Civil devem ser recepcionados e consequentemente encaminhados no seu curso normal, conforme a legislação vigente, e qualquer mudança de entendimento da Corte, só poderá ter vigência após sua publicação regimental, sendo respeitado o direito adquirido dos titulares.

Quanto a Lei Complementar 51/85, Terrão entende que a mesma foi recepcionada pela Constituição Federal, assim como os dispositivos da Lei Complementar 129/2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil, porém o tocante da paridade e integralidade, pós 2004, é o que estará sendo definido posteriormente, na forma e com os esclarecimentos que está sendo arguidos pelo Sindpol/MG, pela Administração Superior, pela ALMG e demais entidades.

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins reunido com representantes do IML de BH

ASSESSORIA TÉCNICA DA PC

O presidente do Sindpol/MG, Denilson Martins, o diretor administrativo, José Maria de Paula "Cachimbinho" e o assessor técnico jurídico do Gabinete da Chefia da PC, José Francisco Neto; se reuniram, no dia 28/6, com advogados, no escritório César Britto Reis Figueiredo e Carvalho Advogados, para reforçarem e reunirem mais informações para a formulação da tese de defesa e construção de peça jurídica, para interpor recursos em incidente de Inconstitucionalidade, arguido pelo TCE em defesa da paridade e integralidade dos proventos dos policiais civis.

O Sindpol/MG e demais entidades de classe, tem se alternado na defesa de um posicionamento único, junto a várias autoridades, e também com sete conselheiros do TCE, no intuito de se reverter o entendimento daquele Tribunal.

PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO

Foi publicado, no dia 5/7, no Diário Oficial do TCE, o acórdão que trata da declaração de Inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei Orgânica da PCMG, sobre a paridade e a integralidade dos proventos do policial civil aposentado.

UNIÃO DA POLÍCIA CIVIL

Uma reunião com a Chefia de Polícia, o Conselho Superior, o Sindpol/MG, e demais entidades de classe da PC, aconteceu no dia 12/7, e no encontro, os policiais decidiram que, no caso de não reversão da decisão do TCE, ajuizarão a causa no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Segundo o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, o escritório Cezar Brito Reis e Figueiredo & Advogados Associados, irão entrar com ação declaratória de Constitucionalidade da Lei Orgânica da Polícia Civil (LOPC 129/2013), e prepara tese de agravo regimental.

REUNIÃO COM MÉDICOS LEGISTAS

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, demais membros da diretoria e assessoria técnica, compareceram no auditório do Instituto Médico Legal (IML), no dia 13/7, para participarem de reunião de esclarecimentos à categoria, que presta serviços no órgão (médicos legistas, peritos e auxiliares). Denilson esclareceu que é de fundamental importância que as cinco associações e os sindicatos existentes na PCMG, manifestem as suas contrariedades jurídicas perante esse contencioso administrativo do TCE, seja na condição de amicus curiae ou na modalidade de agravo regimental e/ou embargos declaratórios. As associações devem se habilitar até a título de demonstração de força e de volume de representatividade Institucional, para o convencimento dos sete conselheiros do TCE de revisão de seus votos.

Ficou deliberado que o conjunto dos servidores do IML, representados pela AML, ingressarão com a ação habilitando como amicus curiae. Também deliberou que o sindicato dos médicos de MG, ingressarão com recursos de agravo, o que somaria no final 11 entidade enfrentando juridicamente essa matéria.

Na visão da direção do Sindpol/MG, já foi um avanço toda a mobilização promovida até o momento, bem como a aplicabilidade e tempestividade dos recursos interpostos, tanto quanto da parte das entidades. Agora é aguardar a reanálise da matéria por parte do pleno do TCE. Mas a mobilização continua até que a paridade e a integralidade sejam respeitadas.

RECURSO JUNTO AO TCE

Após muita análise e estudo na elaboração de importante peça jurídica, os advogados patronos da ação e a diretoria do sindicato, protocolizaram, no dia 14/7, o recurso competente para mudança do acórdão do TCE/MG. A intenção do Sindpol/MG é imprimir a ênfase e reverter o entendimento dos conselheiros, através de um embargo de declaração, com várias arguições preliminares, item por item, e após essa etapa, impetrar novo recurso de agravo regimental, caso persista o mesmo entendimento, onde atacará diretamente no mérito todas as premissas que assistem as prerrogativas dos policiais.

Nessa mesma data várias entidades sindicais e de representação classista, também impetraram os seus respectivos recursos, reforçando ainda mais a tese de que a aposentadoria especial do policial civil, reconhecida e recepcionada pela Constituição Federal, no texto da Lei Complementar 51/85, deve ser garantida a todos os policiais civis ao se aposentarem, com paridade e integralidade plenas.

PRESIDENTE DO TCE OFICIA SINDPOL

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, foi oficiado pelo presidente do TCE, conselheiro Cláudio Terrão, no dia 28/7, informando acerca da concessão de efeito suspensivo, após interposição tempestiva dos respectivos recursos do Ministério Público de Constas e também dos agravos interpostos pela entidade, e que doravante os procedimentos de aposentadoria continuam sendo recebidos na regra atual, e que os demais questionamentos, acerca da decisão de incidente de Inconstiotucionalidade número 898492, não serão informados até que a Corte reveja e rediscuta o mérito dos recursos interpostos.

VISÃO DO SINDPOL/MG

Na visão da direção do Sindpol/MG, já foi um avanço toda a mobilização promovida até o momento, bem como a aplicabilidade e tempestividade dos recursos interpostos, tanto quanto da parte das entidades. Agora é aguardar a reanálise da matéria por parte do pleno do TCE. Uma vez que, a decisão ora arguida, não tem caráter de definitividade em qualquer um dos processos de aposentadoria no âmbito daquela Corte.

A mobilização continua até que a tese de que as aposentadorias aos policiais civis devem respeitar o entendimento de exceção, reconhecido pelo TCU e pelo STF, de forma análoga ao entendimento que atende às polícias federal e rodoviária federal, com paridade e integralidade plenas, face a especificidade do serviço estritamente policial, não atingíveis e nem alcançáveis pelo texto da Emenda 41/2003. Essa é a visão do Sindpol/MG.

DELEGAÇÃO do Sindpol/MG visita a cidade de Uberlândia

Mobiliza categoria, presta informações e participa de inauguração de delegacias especializadas

Entre os dias 6 e 7 de julho, o presidente Denilson Martins, o diretor administrativo, José Maria de Paula "Cachimbinho" e o diretor de assuntos do interior, Mário Antônio dos Santos, visitaram o 9º DP de Uberlândia, para participarem da solenidade de instalação e inauguração das delegacias especializadas em crimes ambientais e da delegacia especializada em furtos e roubos de veículos. A instalação dessas unidades é fruto de reivindicação antiga da categoria e da população local, e também de uma parceria entre o Ministério Público Estadual /Meio Ambiente e o Ministério Público Federal do Trabalho de Uberlândia, que cederam recursos da ordem de R$ 600 mi, advindos de taxas e multas recolhidas pelos órgãos.

Os dirigentes sindicais também participaram de importante reunião com o Chefe de Polícia, Dr. João Otacílio; o Superintendente de Investigação e Polícia Judiciária, Dr. Márcio Lobato; o chefe do departamento, Dr. Hamilton Tadeu de Lima e o regional Dr. Edson Morais, com todo o conjunto dos policiais locais, para tratarem sobre diretrizes e projetos em curso na PCMG.

A direção do Sindpol/MG cuidou de reunir com a direção sindical local, na pessoa dos investigadores Lenon Lopes Viegas, o inspetor Júlio Carbolante e Dra. Gabriela Damasceno, para acertar os detalhes finais da reestruturação da direção local, e aquisição de móveis e utensílios para montagem da nova sede sindical, que passa agora a funcionar em novo endereço.

SINDPOL/MG

Dirigentes sindicais reúnidos em Uberlândia

Denilson Martins deixou claro aos presentes da necessidade permanente de organizar mais e melhor a descentralização sindical no interior e, é preciso que, a regional de Uberlândia, avance nessa direção. Não faltará apoio da direção estadual para a garantia desse funcionamento pleno. "Pois quanto mais e melhor atendermos o nosso filiado in loco, mais e melhor funciona o atendimento da unidade policial à população, e melhor ainda será o nível e a qualidade das relações de trabalho no ambiente policial", afirmou.

O presidente do Sindpol/MG esclareceu aos presentes a importância do papel do sindicato na defesa dos interesses do filiado e da Corporação, explanou sobre os desafios enfrentados no âmbito Institucional, o risco de perdas de direito, face a carência de representatividade parlamentar, o alcance das reformas do Governo Federal nas conquistas históricas e até mesmo a quebra da estrutura sindical, com a proibição do direito de greve pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a limitação do financiamento das entidades sindicais de nível superior, isso tudo enfraquece a estrutura sindical na luta e defesa dos direitos das categorias.

O presidente também se posicionou sobre os problemas locais de processos movidos pelo Ministério Público contra policiais. Já se reuniu com os dois promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), no ano passado, e também se reuniu com procuradores em BH, na busca de um equilíbrio e de maior transparência nessas apurações, zelando pela dignidade da pessoa humana dos policiais, pelo devido processo legal, pela ampla defesa e pelo contraditório dos investigados.

Em todas essas oportunidades o Sindpol/MG se posicionou como representante da categoria e como o patrono da defesa dos interesses jurídicos dos mesmos, esse também é o papel da entidade de classe.

APRESENTAÇÃO DE PRESOS

A delegação do Sindpol/MG participou do ato de apresentação dos três criminosos investigados no latrocínio de um Cabo do Exército, no início do mês. Crime que chocou toda a região, pelo nível de crueldade em ceifar a vida do Cabo na frente de sua família, em específico, o seu padrasto, que também foi vitimado pela ação dos criminosos.

Delegação no Triângulo Mineiro

Os diretores do Sindpol/MG, Mário Antônio dos Santos e Wellington Kalil, fizeram uma visita a subsede do sindicato na cidade de Uberlândia, no dia 20/6, juntamente com o advogado, Gabriel Santos, que acompanharia 17 policiais civis que seriam ouvidos, no dia 22/6, como testemunhas, na Operação "100 anos de Perdão", realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPE).

Os dirigentes sindicais foram convidados, no mesmo dia 20, para participarem do evento realizado pela Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Nesta mesma solenidade, os investigadores de polícia Victor Ambrósio Macedo e Glauber Silva de Souza, foram homenageados em virtude do trabalho que realizam, e em relação ao tema proposto.

Já no dia 21/6, os sindicalistas se reuniram com o filiado e delegado regional de Uberlândia, Dr. Edson Rogério de Morais, e discutiram assuntos diversos, entre eles a atuação do Sindpol/MG no Triângulo Mineiro.

Os dirigentes também se reuniram com o investigador 'Motta', responsável pelo treinamento de um grupo especializado em ações táticas daquele departamento, que apresentou a estrutura do grupo tático e sua equipe.

SINDPOL/MG

Comitiva do Sindpol/MG foi conhecer a nova subsede, do Vale do Aço, que será inaugurada em breve

SINDPOL/MG visita Governador Valadares

A cidade ganhará nova subsede para atender demandas da região

O Sindpol/MG foi a Governador Valadares, no dia 4/7, visitar a instalação da nova subsede e participar de uma palestra na 8ª Risp. Essa subsede atenderá a crescente demanda de filiados da região.

Os diretores da subsede de Governador Valadares, Dálquio Ramos e José Renato, mostraram para a comitiva do Sindpol/MG – sede, onde será a nova instalação da subsede.

Após visitarem a nova subsede – o presidente do Sindpol/MG, Denilson Martins; o diretor administrativo, José Maria de Paula "Cachimbinho"; o diretor de mobilização e formação sindical Wellington Kalil; o diretor de Comunicação, Wander Coelho; o diretor de assuntos do interior, Mário Antônio dos Santos; os assessores da presidência Adilson Bispo e Márcio Costa, o diretor da subsede Zona da Mata, Marcelo Armstrong e os diretores da subsede Governador Valadares, Dálquio Ramos e José Renato – os diretores se reuniram na 8ªRisp, com o chefe de departamento, Fábio de Souza Henrique; o delegado regional, Fábio Guilherme Barreto Sfalcin; o vereador, Robinho Mifarreg (PROS) e mais 120 policiais civis (investigadores, escrivães, delegados, peritos e médicos legistas), para assistirem a palestra do presidente Denilson Martins, que falou sobre a Reforma da Previdência, seus riscos e impactos no serviço público, caso seja aprovada; o informativo 161 do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG), que extingue a paridade e integralidade dos policiais civis aposentados. Denilson falou também acerca da ação do pagamento integral no 5º dia útil; sobre os excedentes do concurso de investigador; e a conquista do sindicato, no destravamento das promoções, progressões, trintenário, dentre outros, reivindicados desde fevereiro desse ano.

Segundo o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, a oportunidade de palestrar na 8ª Risp foi importante para alertar os policiais dos problemas que a PCMG têm enfrentado e da importância do trabalho e luta do sindicato.

NOTAS SINDPOL

LUTO NA PCMG

VERIDIANE MARCONDES

Última reunião com nosso amigo Márcio Vieira da Costa, a esquerda na foto

No mês de julho o Sindpol/MG sofreu uma grande perda, o falecimento do policial civil, nosso irmão e amigo, assessor da diretoria, Márcio Vieira da Costa. Ele foi um grande policial, serviu a sociedade mineira e se engajou na luta sindical, buscando melhorias para a Polícia Civil. Nosso amigo combateu o bom combate.

A diretoria do Sindpol/MG se solidariza com os familiares e amigos do policial civil Márcio, devido a inestimável perda.

APOSENTADOS DO DETRAN/MG

No dia 5/7, foi aprovado, em primeiro turno, na ALMG, o PL 3284/16, de autoria do deputado estadual Cabo Júlio - criado a pedido do Sindpol/MG - que regulamenta o retorno das atividades de examinadores do Detran/MG por policiais civis aposentados. Tal projeto foi elaborado após intensa articulação da direção do Sindpol/MG.

"Essa medida desafogará e muito essa importante atividade desempenhada pela PCMG, liberando policiais da ativa para executarem o trabalho de investigação", afirmou o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins.

A propositura segue para aprovação em segundo turno, sendo aprovada, seguirá para sanção ou veto do governador.

FILIADO AGRADECE SINDPOL/MG

O filiado Adriano de Sá Rocha, agradeceu e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Sindpol/MG na luta e dedicação por melhorias nas carreiras da Polícia Civil.

O filiado se sente agradecido pela vitória em mais uma ação, através do departamento jurídico do sindicato. "Agradeço ao Sindpol/MG por mais essa vitória", disse Adriano.

FOTOS ROBERTO COELHO

Direção do Sindpol/MG foi imediatamente até a delegacia assim que foi acionada, com o intuito de solucionar o problema através do diálogo

ASSÉDIO MORAL

Sindicato é acionado na 4ª DP de Venda Nova

Delegado titular desentende com equipe

A direção do Sindpol/MG foi acionada, no dia 5/7 por policias da 4º Delegacia de Polícia, do bairro Floramar. Segundo informações, o delegado titular da unidade, José Olegário, por desentendimento com o inspetor e com os investigadores da unidade, deu voz de prisão ao inspetor, pelo fato de que ele se negou a assinar a comunicação de um relatório de serviço de operação, da qual participou somente o delegado e policiais militares.

Ao receber voz de prisão o inspetor se dirigiu até a delegacia regional onde se apresentou para o delegado César Cerne, que de imediato foi até o local, no intuito de restabelecer a harmonia e o resgate da legalidade.

O presidente do Sindpol/MG e membros do departamento jurídico, compareceram a

Denilson Martins, presidente do Sindpol/MG; César Cerne, delegado regional e Cassiano Valente, advogado do Sindpol/MG

referida unidade policial, com a finalidade de dar plena assistência e acompanhar o desenrolar do caso.

Considerando que o delegado José Olegário se negou a dar os devidos esclarecimentos sobre o ocorrido, o delegado regional César Cerne assumiu para si a competência de dirimir o conflito e notificou o titular sobre seu comportamento.

Denilson Martins e o advogado do departamento jurídico, Cassiano Valente, informaram as prerrogativas e também a legitimidade do inspetor e dos investigadores no respectivo fato, e se colocaram inteiramente à disposição para quaisquer providencias que julgarem cabíveis no decorrer dos fatos.

O presidente Denilson Martins atribuiu que o ocorrido é de graves consequências para a Instituição, com isso deve ser apurado com rigor pela Corregedoria de Polícia e pela Administração Superior da Polícia Civil. Uma vez que nenhum servidor da categoria pode ser obrigado a realizar atos ilegais ou uma ação que esteja fora de suas prerrogativas, e nem tão pouco se submeter a uma ordem emanada de outro membro da Instituição, sendo que a operação foi totalmente conduzida pela Polícia Militar, contando apenas com a participação do delegado titular, José Olegário, tanto a operação, quanto os resultados dela, são questionáveis, do ponto de vista de juridicidade, legalidade e oportunidade.

Denilson Martins se comprometeu com os policiais em estar acompanhando de perto toda tratativa desse caso junto à Corregedoria, ao Poder Judiciário e a Administração Superior da Polícia Civil.

INDEFERIDOS pelo limite de idade

Diretoria do Sindpol/MG se reúne com grupo

BENITO URBINA "CHILENO"

Candidatos do concurso de 2008, antigo agente de polícia, foram barrados pelo limite de idade

O presidente do Sindpol/MG, Denilson Martins, o diretor jurídico, Geraldo Chaves e o gerente jurídico, Dr. Ismael Fernandes, receberam no dia 13/7, a comissão dos concursados indeferidos, indevidamente, pelo limite de idade, do certame de 2008, do extinto cargo de agente de polícia.

A reunião foi agendada pelos interessados na nomeação, na busca de alcançar o mesmo critério utilizado pela Advocacia Geral do Estado (AGE), que homologou os acordos dos policiais do mesmo concurso e tiveram as suas nomeações anuladas.

O presidente se comprometeu em levar a reivindicação dos mesmos até a AGE, no intuito de formular um acordo processual que convirja para essa direção. O mesmo reforçou que foi uma vitória a celebração do acordo dos policiais que já se encontravam em exercício da função, fruto da boa vontade dos setores do Governo em solucionar o grave erro praticado anteriormente, em estabelecer limite de idade. Soma-se a isso a boa vontade da AGE em equacionar esse grave impasse, que tem plenas condições de também se estender a aqueles que não concluíram o processo de formação do certame.

O presidente e os demais diretores, solicitaram aos mesmos, coerência e organicidade para que não sejam interpostos recursos jurídicos estranhos a esses que têm sido interpostos pelo sindicato, na tratativa com a AGE, Secretaria de Governo, Seplag e Chefia de Polícia, pois qualquer outro entendimento pode prejudicar o sucesso na ação.

Denilson finalizou afirmando que está agendando uma reunião com o secretário de Governo, Odair Cunha, para a tratativa desse tema, a nomeação de excedentes, promoções e progressões, bem como das publicações de benefícios dos servidores da PCMG, que se encontram em atraso.

Excedentes do concurso de investigador

BENITO URBINA "CHILENO"

Ao todo são 1339 excedentes do último concurso de investigador de polícia, edital 2014

A direção do Sindpol/MG se reuniu com os excedentes do concurso de investigador, edital 2014, no dia 12/7, para falarem sobre a reunião entre o sindicato e o Governo do Estado, que não resultou em abertura de novas vagas, o que resultaria a convocação dos excedentes.

O Executivo Estadual alegou impedimento na convocação dos excedentes devido ao atingimento do limite prudencial, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRG).

ESTRATÉGIAS

Segundo a direção do sindicato, a eventual falta de atendimento por parte do Governo, pode desencadear possíveis manifestações, acampamentos e movimentos nas ruas, por parte dos 1.339 excedentes do certame, edital de 2014.

O Sindpol/MG irá aumentar os movimentos de protestos, caso o Governo de Minas não dê uma resposta concreta até o mês de agosto.

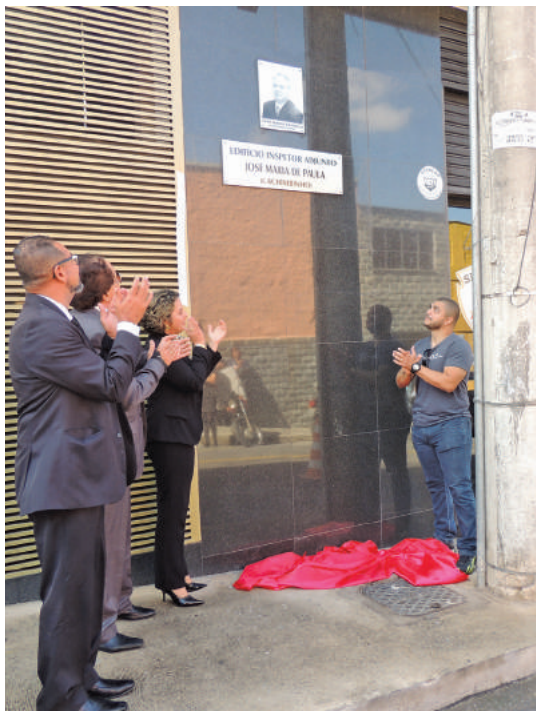
Uma nova reunião do Governo, entre o Sindpol/MG e a comissão de excedentes, está agendada para o fim do mês de agosto, para a apresentação da nova situação do Estado e novos números de possíveis nomeações.

INAUGURAÇÃO do prédio do Sindpol/MG

TAMARA CORRÊA

Autoridades da Polícia Civil e do cenário sindical também fizeram questão de participar da solenidade que homenageou o inspetor José Maria de Paula

Edifício recebeu o nome do inspetor de polícia aposentado, José Maria de Paula "Cachimbinho"



VERIDIANE MARCONDES

Momento solene de inauguração do edifício

O Sindpol/MG realizou no dia 13/6, a inauguração solene de seu edifício e, como reconhecimento aos serviços prestados à Polícia Civil, à sociedade e por toda a sua história na luta sindical, o homenageado foi o Inspetor Adjunto José Maria de Paula "Cachimbinho", nome dado ao edifício.

O presidente do sindicato, Denilson Martins, ressaltou que é mais que merecida esta homenagem, pois o Inspetor José Maria é um homem de caráter, e que honra a Polícia Civil. O vice presidente Antônio Marcos Pereira ("Toninho Pipoco"), ressaltou que o inspetor José Maria de Paula foi um dos motivos que o levaram a se tornar um inspetor de polícia.

O homenageado, o inspetor adjunto José Maria "Cachimbinho", não pôde comparecer ao evento por motivos de saúde, quem o representou foi sua esposa Cátia Regina, que estava muito emocionada e disse ter muito orgulho do marido, pelo homem de caráter que é com a família, Polícia Civil e com o sindicato.

Foram diversas homenagens ao inspetor José Maria, todas as pessoas que discursaram, ressaltaram a importância do homenageado para a história da Polícia Civil e do Sindpol/MG, e afirmaram que ele é um ícone.

O evento contou com a participação de pessoas importantes no cenário sindical e da Polícia Civil, como o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins; o vice presidente Antônio Marcos Pereira ("Toninho Pipoco"), o Assessor Chefe de Relações Sindicais, Carlos Calazans; a diretora da Academia de Polícia Civil (Acadepol), Dra. Ana Claudia Perry; o Superintendente de Segurança do SESC/MG, Dr. Leonardo Vieira; o Gerente da Copemg, Jamerson César; a diretora do Instituto de Identificação, Dra. Jacqueline Ferraz; o Inspetor Geral de Escrivão de Polícia, Adailson Branco; o Inspetor Geral de Investigadores de Polícia, Willian de Oliveira Braga; o Superintendente de Polícia Técnico-científica, Roberto Simão e a secretária Executiva da Funed e esposa do inspetor José Maria, Cátia Regina de Paula, que compuseram a mesa, além de filiados, colaboradores do sindicato, amigos e parentes.

SINDICATO visita Montes Claros e mobiliza categoria

Diretoria também visitou as novas instalações da subsede

BENITO URBINA "CHILENO"

Diretoria executiva visitou a cidade de Montes Claros, o 4º DP e as novas instalações de sua subsede

A direção do Sindpol/MG foi até Montes Claros, no dia 2/8, para a realização de reunião com a categoria da circunscrição do 4º Departamento da Polícia Civil. O objetivo desta reunião foi esclarecer os temas polêmicos que envolvem a PCMG, como a paridade e integralidade, atingidas pela interpretação do Tribunal de Contas do Estado (TCE); a PEC 287/16 - Reforma da Previdência, equiparação salarial com peritos e a regularidade dos pagamentos dos policiais, além de fortalecer a mobilização para o ato do dia 9 de agosto, em BH e melhorar a comunicação entre a direção da capital e a subsede regional.

A reunião teve início com o chefe de departamento, Dr. Renato Nunes e o diretor sindical regional Norte de Minas, Enmerson Motta, que reafirmaram a importância do fortalecimento do sindicato para conseguirem fazer a resistência e o enfrentamento a tantas medidas nocivas e prejudiciais à categoria, impostas pelo Governo Federal e o Governo Estadual. "Somente com um sindicato forte e atuante e, com a participação de toda a Corporação para resistirmos a essa agenda negativa que estamos atravessando". Os mesmos destacaram que o quadro da Polícia Civil e do funcionalismo público, de um modo geral é grave, ainda mais após aprovação da PEC dos limites de gastos; a proibição do direito de greve para policias, imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em abril desse ano, e a Reforma Trabalhista, que suprimiu o financiamento das entidades sindicais, dentre outras matérias que agravam ainda mais o sucateamento da instituição.

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins explicou sobre cada um destes pontos, informando, dialogando, ouvindo sugestões e sanando dúvidas dos participantes. Ele afirmou que somente através de mobilizações e movimentos de rua é que possibilita resultados positivos, com mais rapidez, uma vez que a judicialização tem sido um caminho lento e incerto à atual administração conservadora do Judiciário, nos tribunais superiores, o que tem surpreendido, causado escândalo e espanto à população, com julgamentos antiquados e comprometidos com o governo central.

No tocante a agenda estadual, Denilson Martins explicou que o sindicato tem cobrado do governador Pimentel o cumprimento das promessas de campanha, retratação à Polícia Civil, a convocação de concurso público e a equiparação de investigadores com peritos criminais e médicos legistas. Ele também esclareceu que até o momento o Governo não negou que irá atender tais exigências até o fim de seu mandato, mas que por serem projetos e ações de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, é preciso ter estratégia e cautela para reivindica-las, pois nenhum outro governante até hoje se comprometeu em atendê-las da forma que está sendo negociando."Em todas as oportunidades que temos para cobrar do Governador, de seus órgãos e representantes, eles sempre se justificam com a situação financeira e econômica do Estado, e que assim que for superada, irá começar a nos atender", afirmou Denilson Martins.

O presidente do Sindpol/MG também esclareceu sobre o cronograma e a agenda gradual que foi sugerida pelo Governo, para o atendimento da equiparação e ainda da convocação dos excedentes do concurso de investigador, edital 2014, a partir de setembro, cujo certame, inclusive, foi prorrogado por igual período, a partir de agosto de 2017. Denilson falou sobre a liberação parcelada de 31 milhões, a título de benefícios atrasados e verbas retidas a 7001 servidores policiais, a serem programadas mensalmente na proporção de 4 milhões, assim como a última reivindicação ao Governo para que antecipasse a 3º parcela do pagamento dos Policiais Civis, que foi atendido. Essas medidas, na visão de Denilson Martins, não são ideais, são pequenas, mas que diante do quadro, devemos considera-las e avançar para exigências mais significativas, as quais a categoria tanto precisa e cobra.

NOVA INSTALAÇÃO

A direção do Sindpol/MG vistoriou também as novas instalações da subsede regional Norte de Minas, que passa a funcionar na rua João Nonato, 904. Bairro Centro. Essas novas instalações oferecem melhor conforto e comodidade para os filiados que buscam o atendimento sindical naquela região. Além de espaço para estacionamento facilitado (fato que não ocorria na antiga instalação), essas novas salas também disponibilizam maior espaço e conforto para a sua utilização.

Está disponível para os filiados um salão/auditório com todos os utensílios para a realização de reuniões e solenidades com um público maior, além de copa, cozinha e banheiros individualizados. Todas essas possibilidades de utilização agora estão disponíveis por um preço de aluguel mais acessível do que o anterior.

TAMARA CORRÊA

Policiais civis, militares, agentes penitenciários e o movimento das esposas dos policiais militares, estão lutando por melhores condições de trabalho no Estado

AGE E MANIFESTAÇÃO da Segurança Pública

União das Polícias Civil, Militar e Agentes do Sistema Prisional contra agenda negativa dos Governos

O Sindpol/MG realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da categoria, na tarde de hoje (9/8), na Praça da Liberdade, para cobrar e reivindicar os direitos da classe, junto aos Governos Federal e Estadual. Em seguida, seguiram para a Praça Sete, onde se juntaram à PM, Agentes do Sistema Prisional e a+o Movimento das Esposas de Policiais, para a manifestação conjunta da Segurança Pública. Ao todo participaram cerca de 500 operadores de Segurança Pública.

Durante a AGE os sindicalistas falaram da apreensão acerca do acórdão do TCE, que tenta acabar com a paridade e a integralidade da Polícia Civil; a falta de comprometimento do Governo do Estado com a Corporação; parcelamento de salário; Reforma da Previdência; convocação de excedentes, para a recomposição dos quadros de efetivo da Polícia Civil e a equiparação salarial de investigador com perito criminal.

O presidente do Sindpol/MG Denilson Martins falou da importância da categoria se manter mobilizada e lutando, juntamente com o sindicato, contra os desmontes que os Governos Federal e Estadual tentam fazer com os policiais, a exemplo da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a Polícia Civil de fazer greve, direito previsto na Constituição, mas que agora, foi retirado dos policiais.

MANIFESTAÇÃO CONJUNTA

Após a AGE, os policiais civis saíram da Praça da Liberdade e caminharam até a Praça Sete, onde encontraram com os demais operadores de Segurança Pública (PM's e agentes do Sistema Prisional) para a manifestação conjunta, que busca melhorias para o exercício da profissão, pagamento em dia – já que o Estado está pagando parcelado – e o cumprimento das promessas de campanha do governador Fernando Pimentel para a Segurança Pública do Estado.

Os manifestantes queimaram caixão na Praça Sete e pediram que a população se una a esses movimentos, que lutam contra a corrupção do país, motivo de muitas mazelas no Brasil.

"Esse é o primeiro de vários atos que serão realizados ainda em 2017, acabou a paciência da Polícia Civil com os Governos Federal e Estadual, já não tínhamos há muito tempo. Nós já estamos cheios de reuniões inconclusivas e de promessas que não se cumprem. Nós temos prazos, filiados e serviços para prestar à população, por isso não vamos aceitar o sucateamento da Corporação. Não vamos permitir que em Minas Gerais chegue a acontecer o que vem acontecendo no Rio de Janeiro, onde os servidores públicos estão fazendo vaquinha para a compra de cesta básica. Estamos determinados em unir com a PM, agentes do Sistema Prisional e guardas municipais, para defender os operadores de Segurança Pública e a população. Vamos continuar batalhando para exercermos com dignidade o melhor trabalho para a sociedade, livrando-os do crime e do criminoso", afirmou o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins.

Durante a AGE foi deliberado pelo Estado de Alerta, por isso o Sindpol/MG pede que os policiais civis se mantenham mobilizados e atentos para novas convocações, porque sem luta, não há vitória.